

O COMPORTAMENTO DO CONSUMO NO BRASIL

Thaís Cavalcanti da Rocha¹, Fábio Augusto Damião Nogueira², Friedhilde M. K. Manolescu³

1- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FCSA - Universidade do Vale do Paraíba -
Av. Shishima Hifumi, 2911, Urbanova, 12244-000 - São José dos Campos - SP
thais.rocha@embraer.com.br; fabioeco@vicosa.ufv.br; frida@univap.br

Resumo – Este trabalho mostra a importância do consumo na economia nacional e os vários fatores que influenciam o consumo, além de fazer uma análise das mudanças que ocorreram na distribuição das despesas de consumo do ano de 1973 para o ano de 2003. Analisa as relações entre consumo e renda, conhecidas como leis de Engel. O consumo é a variável mais importante na demanda agregada da economia, representa em média no período analisado 75% do PIB. O consumo é uma função da renda disponível, isto é renda nacional menos os impostos diretos. A parcela da renda I destinada ao consumo de bens essenciais tende a diminuir à medida que a renda aumenta, sobrando portanto poupança para ser investida.

Palavras-chave: consumo, orçamento, despesas familiares
Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

A importância do consumo

As despesas de consumo representam o mais importante componente da estrutura de despesas das famílias e a estimativa das despesas de consumo na despesa total foi 76,64% do PIB no Brasil em 2003. Sabendo da importância do consumo na economia nacional, o conhecimento e a análise dos valores das despesas das famílias e da distribuição dessas despesas segundo os diversos itens adquiridos ou pagos são requisitos inerentes ao estudo do orçamento doméstico brasileiro.

Tabela 01: Percentual do Consumo em relação ao PIB no Brasil

Fonte: Revista Conjuntura Econômica, Maio 2005

A relação consumo/ renda – a função consumo – é um elemento fundamental na teoria keynesiano da

Ano	PIB
1958	82,21%
1973	79,12%
1988	70,11%
2003	76,64%

determinação da renda. Segundo Froyen (2001) Keynes cita em sua principal obra, Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda: “A lei psicológica fundamental na qual podemos confiar totalmente é

que os homens tendem, como regra e na média, a aumentar seu consumo quando sua renda aumenta, mas não na mesma proporção da aumento da sua renda”.

Fatores que influenciam o consumo

- **Renda e Riqueza:**
 - Nível da renda disponível, transitória e permanente.
 - Nível de riqueza das unidades familiares.
- **Estrutura da Repartição da Renda e Riqueza:**
 - Grau de concentração observados na estrutura distributiva.
 - Participação dos diferentes estratos socioeconômicos na renda agregada.
- **Expectativas e cultura dominante:**
 - Expectativas dos consumidores quanto à condições futuras do abastecimento.
 - Expectativas dos consumidores quanto à evolução do nível geral de preços.
 - Traços culturais predominantes: características do processo de emulação social.
- **Estoques e Créditos:**
 - Disponibilidade e custos do crédito direto ao consumidor.
 - Padrões e níveis dos estoques dos consumidores e incitação para sua atualização e renovação.

• **Renda e Riqueza:**

O nível da renda disponível é apontado como o mais importante para o consumo. A proporção do consumo em relação à renda não é o mesmo para diferentes níveis de renda. Em níveis baixos de renda disponível, os dispêndios de consumo superam a renda, implicando em poupança negativa.

• **Estrutura de repartição da renda e riqueza:**

As estruturas mais igualitárias de repartição ampliam o dispêndio de consumo em relação aos agregados convencionais do produto e renda.

A relação entre consumo e renda é maior nos degraus inferiores, e menor nos mais altos.

As estruturas de repartição menos concentradas aumentam a capacidade de consumo das unidades familiares que se encontram na base da pirâmide de estratificação socioeconômica e reduzem a capacidade de poupança dos estratos.

• **Expectativas e cultura dominante:**

Outro fator determinante são as expectativas de consumo das unidades familiares quanto à regularização o abastecimento e à evolução do índice geral de preços.

• **Estoques e Crédito:**

Nas economias de alta renda em que praticamente todas as famílias dispõem de uma ou mais unidades dos bens de consumo de uso durável existente no mercado, a renovação desses itens só ocorrem quando o equipamento torna-se obsoleto, ou deficiência funcional. Já nas economias de baixa renda, em que é comparavelmente inferior a disponibilidade per capita, de todos os bens de uso durável. Os consumidores são ávidos por mudanças qualitativas em seu padrão de vida, e sua propensão a adquirir as diferentes categorias de bens e serviços de consumo tende a ser alta.

A disponibilidade e os custos do crédito direto ao consumidor, notadamente nas economias de baixa renda, é outro fator que interfere no montante dos dispêndios de consumo.

Consumo no Brasil em 2003

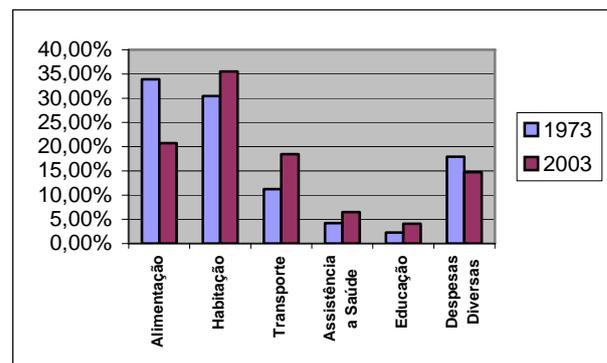
Tabela 02: Média da Despesa Mensal de Consumo por Região do País

Reais	Total	até 400	2000 a 3000	+ de 6000
Brasil	1.778,00	454,00	2.450,00	8.721,91
Norte	1.292,00	484,00	2.217,00	6.882,24
Nordeste	1.134,00	393,00	2.414,00	8.778,69
Sudeste	2.163,00	525,00	2.455,00	8.849,75
Sul	1.912,00	533,00	2.483,00	8.488,15
Centro-Oeste	1.756,00	506,00	2.545,00	8.876,47

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

A estimativa da despesa total média mensal ficou em R\$ 1.778,03 no Brasil em 2003. Segundo os dados apresentados na tabela é possível observar que a despesa total média mensal familiar para a região sudeste foi aquela que apresentou maior valor, com R\$ 2.163,09, ficando acima da média nacional em 21,65%. A região nordeste ao contrario foi a que mostrou menor valor, R\$ 1.134,09, ficando abaixo da média nacional em 36,20%. Também é possível notar ao analisar a tabela que a região sul do país apresenta a maior média de despesa mensal no grupo de famílias onde a renda é até R\$ 400,00 e a região centro-oeste apresenta a maior média de despesa mensal no país para as famílias com renda superior a R\$ 6.000,00. A despesa total equivale a todas as despesas monetárias e não-monetárias das famílias. As despesas monetárias são aquelas realizadas mediante pagamento em dinheiro, cheque ou cartão de crédito. As despesas não-monetárias correspondem às aquisições provenientes de produção própria, retirada do negócio, troca, doação e outras formas de obtenção, e são investigadas para todos os produtos adquiridos pelas famílias e para o serviço aluguel do domicílio.

Figura 01: Distribuição das Despesas de Consumo

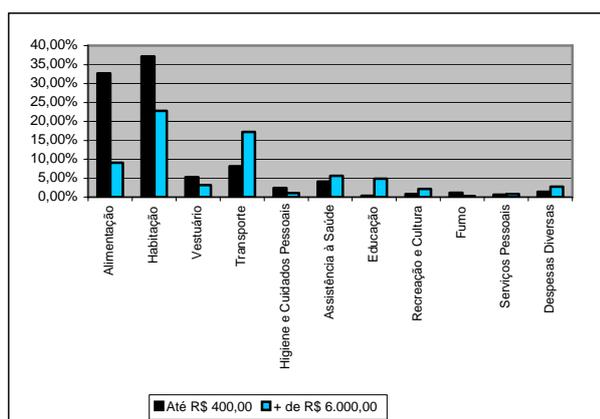


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Para analisar a distribuição de despesas com consumo no Brasil usaremos como base o Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF 1973-1975 – e a Pesquisa de Orçamento Familiar – POF 2002-2003. Foram selecionados cinco grupos - Alimentação, Habitação, Transporte, Assistência à Saúde e Educação que, além de atenderem ao requisito da padronização para viabilizar a observação comparativa, destacam-se como as

maiores freqüências de aquisição e participações nos orçamentos domésticos. No Brasil em 1973 o total de consumo representava 82,05% do orçamento doméstico e em 2002 esse percentual passou para 85,26%. Na avaliação dos resultados para o Brasil, as participações destes cinco grupos sofreram alterações bastante significativas no período considerado. O grupo Alimentação em 2003, representou 20,75% do total das despesas de consumo, enquanto em 1973 o mesmo grupo representava 33,91%. Esta alteração acentuada na participação do grupo alimentação nas despesas de consumo reflete claramente as mudanças que vêm ocorrendo nas estruturas de despesas das famílias neste intervalo de tempo. No grupo de despesas com Habitação, os resultados das pesquisas da década de 70 e do ano 2000 apresentaram crescimentos significativos. Para o ano de 2003 verificou-se que esse grupo tinha uma participação nas despesas de consumo de 35,50%, enquanto que em 1973 esta participação era 30,41%, indicando um crescimento de 5,09 pontos percentuais na participação do total das despesas de consumo. Nas participações das despesas com Transporte (despesas com transportes urbanos, combustíveis, manutenção e aquisição de veículos próprios entre outros), identificam-se alterações bastante significativas. Para o resultado nacional, verificou-se crescimento da participação do grupo transporte de 7,21 pontos percentuais, passando de 11,23% no ENDEF para 18,44% na POF 2002-2003.

Figura 02: Comparação das despesas de consumo, através dos rendimentos



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Observamos que à medida que a renda disponível aumenta, decresce o nível de consumo das

famílias. Essa trajetória já é conhecida desde o final do séc. XIX, evidenciada pelo estatístico prussiano Ernest Engel. Estudando hábitos de Consumo, ele mostrou que a parcela de renda destinada ao consumo de bens e serviços de alta essencialidade, como alimentos, tendem a diminuir à medida que o nível da renda aumenta. São bens que podem nos satisfazer ao chegar em um determinado nível, e não poderemos consumir mais à medida que a renda eleva, pois já atingimos o nível de satisfação. Outros tipos de bens como a habitação, tendem a manter-se constantes. Atrelado ao nível de renda. Já os bens não essenciais ou tratados como de luxo, passam a ganhar mais peso. Essas relações entre consumo e renda, passaram a ser conhecido como leis de Engel.

Ao analisar a tabela vemos que as leis de Engel são validas para o Brasil, pois para famílias com rendimentos até R\$ 400,00 as despesas com alimentação correspondem a 32,68% do orçamento enquanto para famílias com rendimentos superiores a R\$ 1.200,00 este grupo representa 20,90% e para famílias com renda superior a R\$ 6.000,00 a alimentação representa apenas 9,04% do orçamento familiar. No grupo habitação também verificamos uma diminuição na participação percentual do orçamento familiar a medida que a renda aumenta, mas neste grupo a diminuição não é tão acentuada quanto no grupo alimentação, neste grupo os percentuais são 37,15%, 32,46% e 22,79% para as famílias com renda até R\$ 400,00, mais de R\$ 1.200,00 e mais de R\$ 6.000,00 respectivamente.

Bibliografia

- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 (www.ibge.gov.br), acessado em 19/04/2005
- Froyen, Richard T., Macroeconomia, São Paulo, ed. Saraiva, 2001
- Rossetti, Introdução à Economia, São Paulo, ed. Atlas, 2002

